



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

**REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR REGIONAL DA POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO  
PRIORITÁRIA AO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO.**

**DATA, HORA E  
LOCAL**

Aos seis dias do mês de fevereiro de 2026, às 10h00min, por meio da plataforma digital Zoom.

**RESPONSÁVEL  
PELA  
CONVOCAÇÃO**

Raoni de Mattos Santos, Secretário do Comitê, de ordem do Exmo. Juiz Dr. Emanuel Holanda, Presidente do Comitê.

**CONVOCADOS PRESENTES**

Juiz do Trabalho, Dr. Emanuel Holanda Almeida  
Juiz do Trabalho, Dr. Carlos Arthur de Macedo Figueiredo  
Juíza do Trabalho, Dra. Bianca Tenório Calaça  
Servidor, Raoni de Mattos Santos  
Servidor, José Antônio Jacinto Júnior  
Servidora, Déborah Gomes Torres Pinto

**Convidadas:**

Juíza do Trabalho, Dra. Estefânia Reami Fernandes  
Servidora, Catarina Sampaio de Souza Carneiro

**PAUTA**

**1. ABERTURA E CALENDÁRIO 2026; 2. ANÁLISE ESTATÍSTICA DO PROJETO EQUALIZA; 3. NÚCLEO 4.0 E EXECUÇÃO; 4. REESTRUTURAÇÃO ADMINISTRATIVA E PRECEDENTES ; 5. COMPOSIÇÃO DO COMITÊ E ELEIÇÕES; 6. OFICIAIS DE JUSTIÇA E COMUNICAÇÕES PROCESSUAIS; 7. CARTAS PRECATÓRIAS E CAPACITAÇÃO; 8. TELETRABALHO**

**DOS DEBATES E DELIBERAÇÕES**

**1. ABERTURA E CALENDÁRIO 2026** O Senhor Presidente iniciou os trabalhos destacando a necessidade de cumprir a recomendação da ata de correição para a realização de reuniões trimestrais. Após debate sobre feriados e ciclos de formação, o calendário de reuniões para o ano de 2026 restou assim definido, sempre às 11 horas:

- **2ª Reunião:** 24 de abril (sexta-feira); **3ª Reunião:** 03 de julho (sexta-feira); **4ª Reunião:** 16 de outubro (sexta-feira).

**2. ANÁLISE ESTATÍSTICA DO PROJETO EQUALIZA** Foi apresentado o relatório dos primeiros três meses da equalização (outubro a dezembro de 2025). Os dados demonstraram uma **redução significativa na variabilidade da distribuição de processos** por juiz fixo, com o coeficiente de variação caindo de 35-36% para 8%.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

- **Arapiraca:** Apresentou uma variação de 14%, considerada tolerável, mas que exige monitoramento para avaliar a necessidade de retomada do modelo de auxiliar fixo.
- **Quadro de Servidores:** Discutiu-se a padronização das lotações: 12 servidores para as varas de Maceió, 9 para Arapiraca e 8 para as demais unidades do interior. A Dra. Bianca sugeriu que a reposição de servidores considere também o acervo das unidades para priorizar varas mais sobrecarregadas.
- **Ambiente de Trabalho:** Magistrados e servidores relataram melhora na qualidade de vida e na gestão de prazos após a implementação do projeto, comparando-o positivamente a modelos de outros tribunais.

**3. NÚCLEO 4.0 E EXECUÇÃO** O Dr. Emanuel propôs a criação de um **Núcleo 4.0 focado em cumprimentos individuais de sentenças coletivas** (ex: processos da Caixa e da CARHP) para desafogar as varas de Maceió. O projeto será iniciado como piloto, prevendo rotatividade de magistrados e, futuramente, a especialização de peritos contábeis para evitar disparidades em cálculos.

**4. REESTRUTURAÇÃO ADMINISTRATIVA E PRECEDENTES** Informou-se que o estudo de reestruturação administrativa será apresentado até o final de fevereiro, visando a vigência em 1º de julho de 2026. O projeto inclui a criação da **Secretaria Judiciária Geral**, sob chefia de Catarina Sampaio, para integrar o 1º e 2º graus e fortalecer a aplicação de precedentes vinculantes, inclusive na fase de execução. Registrou-se a dificuldade imposta pela determinação de extinção de 32 funções comissionadas.

**5. COMPOSIÇÃO DO COMITÊ E ELEIÇÕES** Considerando o término dos mandatos de dois anos, deliberou-se por oficialiar a Presidência e o Pleno para iniciar o processo eleitoral e a definição da nova composição do comitê.

**6. OFICIAIS DE JUSTIÇA E COMUNICAÇÕES PROCESSUAIS** O secretário Raoni alertou para a sobrecarga em Santana do Ipanema, que conta com apenas um oficial para uma vasta área. Discutiu-se a necessidade de uma política de equalização para os oficiais e o reforço na utilização do **domicílio judicial eletrônico** antes da expedição de mandados físicos. Sobre as comunicações, avaliou-se a possibilidade de retorno do uso de AR (Aviso de Recebimento) para notificações iniciais, visando garantir segurança jurídica e evitar revelias baseadas em entregas simples.

**7. CARTAS PRECATÓRIAS E CAPACITAÇÃO** Foram reportadas dificuldades técnicas no módulo de cartas precatórias do PJE e problemas na distribuição automática quando há necessidade de atos específicos, como perícias. Restou deliberado o envio de ofício à Escola Judicial (EJUD) solicitando curso de **gestão de vara e inteligência artificial** com a servidora Thaís Sena Lima do TRT-6.

**8. TELETRABALHO** O Dr. Emanuel esclareceu as novas regras: servidores em teletrabalho parcial devem comparecer presencialmente **três dias por semana**, conforme determinação da Corregedoria Geral.

#### DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, cuja presente ata foi lavrada por mim, Raoni de



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

Mattos Santos, e segue em única via. 12H36min.